

## ***Sobre as reformas administrativas com a educação da ideologia de “servir o povo”***

*Chu Miu Lai\**

O conceito de “servir o povo” constitui a ideologia básica da administração pública internacional e também é a base da tradicional administração chinesa de “Governança bondosa”. A teoria de “servir o povo” é uma condição prévia para defender os interesses públicos, com que o Governo, conforme os interesses públicos sociais, elabora políticas públicas e decide os grandes assuntos sociais, de modo a resolver as contradições dos interesses sociais, em promoção de um próspero desenvolvimento da economia social. A política de “servir o povo” deve ser identificada e acolhida, desde a elaboração dos objectivos políticos, passando pela análise, para a execução e a avaliação das políticas. Durante este processo, só quando se atingem os efeitos previstos, é que se pode considerar como bem sucedidos. Para levar a cabo as reformas administrativas de “servir o povo”, há um trabalho continuado e a longo prazo a fazer. Não é só a responsabilidade dum determinado Governo. Deve ser antes identificado tanto pelo Governo como pelos cidadãos, para que o Governo possa defender suficientemente os interesses públicos. Deve ser um trabalho e esforço comum entre o Governo e os cidadãos, aliás um trabalho a longo prazo para criar e manter um Governo que toma “servir o povo” como o seu objectivo. Deve manter-se uma relação de cooperação mútua entre o Governo e a sociedade. O Governo, para pôr em prática as reformas administrativas de “servir o povo”, deve recolher com cuidado opiniões e informações e aplicar as informações favoráveis aos interesses públicos às suas políticas e servir-se dos funcionários públicos para executar essas políticas para atingir aos seus efeitos. Só desta maneira é que se pode atingir o objectivo de “servir o povo”. Os cidadãos devem apoiar o Governo nas reformas de pôr em prática “servir o povo”. Precisam de cooperar com o Governo e não deixam perder as oportunidades de fazer ouvir a sua voz. Com a sua participação, revelam as suas opiniões. Só desta maneira é que podem deixar o Governo tomar conhecimento da vontade popular e aproximar-se das necessidades sociais. No entanto, nem tudo pode ser tão perfeito como se deseja a todo o tempo. Quando o Governo

---

\* Doutoranda na Faculdade de Ciências Políticas e Gestão Administrativa da Universidade de Pequim.

manda executar algumas políticas, se os funcionários não percebem a verdadeira intenção de “servir o povo” e ignoram necessidades dos cidadãos, estas políticas não podem ser executadas de maneira eficaz, muito menos se surtem efeitos esperados. O pessoal de direcção, quando prepara políticas, sem recolher informações completas nem levando em consideração os interesses que possam ser afectados, mal lançadas estas políticas, poderiam surtir efeitos negativos, que não são aceites pelos cidadãos, devem pagar muito caro por isso. Da mesma maneira, se os cidadãos não se preocupam com as políticas e não querem dispensar algum tempo à participação ou não emitem as suas opiniões, o Governo não terá possibilidade de recolher informações necessárias, de modo que as suas políticas só podem ficar naquilo que o Governo planeja. Além disso, também há outras circunstâncias em que, os cidadãos criticam a elaboração e execução de políticas que não têm levado em consideração a vontade popular, o que tem prejudicado os seus interesses, mas ao mesmo tempo mostram-se indiferentes à emissão das suas opiniões, achando que isto é com o Governo e cabe ao Governo pensar nas suas soluções.

Sendo “servir o povo” um trabalho de reforma a longo prazo, não podemos ficar apenas pelas palavras de ordem e fazer trabalhos superficiais. O verdadeiro “servir o povo” requer que desde o pessoal de direcção aos funcionários do Governo, em cada processo, devam prestar atenção à vontade popular e se preocupem se os cidadãos podem ou não aceitar os efeitos dos seus trabalhos. “servir o povo” também requer uma activa cooperação da parte dos cidadãos, fazer ouvir a sua voz e participar nestas reformas, para que eles e o Governo possam criar em conjunto um bom futuro para uma sociedade harmoniosa. Por isso, é preciso reforçar o conceito das reformas administrativas de “servir o povo” dos servidores públicos, com a educação cívica e moral, formar a identidade social das crianças desde pequeninas e também fortalecer a percepção da cooperação com as reformas administrativas com uma “participação generalizada”, só desta maneira é que o Governo pode adaptar-se às necessidades sociais e fornecer apoio e cooperação para os interesses comuns sociais, a fim de que a sociedade civil enverede pelo caminho da prosperidade e estabilidade.

### **1. Reforçar a consciência das reformas administrativas de “servir o povo” dos servidores públicos**

Enquanto os funcionários públicos são responsáveis pelo fornecimento de bens públicos e serviços públicos aos cidadãos, por parte dos

departamentos públicos, o pessoal de chefia possui maiores poderes para livres decisões. Para normalizar a ética profissional e o comportamento dos funcionários públicos, o espírito de servidor público tem sido posto em destaque. Este espírito reside em tomar os interesses públicos como condição prévia e serem leais aos cargos que lhes são confiados. Segundo Terry L. Cooper, os gestores administrativos devem considerar-se a si mesmos como “cidadãos profissionalizados” ou “administradores dos cidadãos”. Por outras palavras, os gestores devem considerar-se a si mesmos como “constituintes ao serviço dos cidadãos e dedicarem-se à gestão em representação dos interesses dos cidadãos”<sup>1</sup>. As autoridades dos funcionários advêm dos cidadãos. São contratados para representar os cidadãos no exercício da sua autoridade. Já que assim, existe o problema da responsabilidade administrativa: o porquê das suas responsabilidades e a quem é que têm de prestar contas. A existência do Governo reside na delegação de poderes por parte dos cidadãos para defender os seus interesses, tais como a vida, a propriedade e os interesses comuns do povo, e a justiça e igualdade sociais, por isso, o Governo é dos seus cidadãos. Sob esta condição prévia, os funcionários públicos, quando se dedicam à gestão e à execução das políticas, devem esforçar-se por servir os cidadãos. Os funcionários contratados devem prestar contas aos cidadãos que delegam poderes ao Governo. Devem tomar conhecimento das suas responsabilidades inerentes aos seus cargos e devem cumprir com elas. Os primeiros deveres dos funcionários públicos são os cívicos. A todo o tempo, devem defender a igualdade e a justiça. A sua responsabilidade de representar os cidadãos deve ser tida sempre em mente, mesmo quando os seus superiores ou os departamentos onde trabalham negligenciam o interesse público, na sua qualidade de contratados públicos devem defender os interesses dos cidadãos<sup>2</sup>.

No entanto, devido ao monopólio e ao carácter burocrático dos departamentos públicos, não é nada fácil levar a cabo o espírito de servidores públicos. Em primeiro lugar, o funcionamento financeiro dos departamentos públicos tem como base os impostos pagos pelos cidadãos, pois os serviços públicos prestados pelo Governo não são lucrativos, mas

---

<sup>1</sup> John Clayton Thomas, *Public Participation in Public Decisions: New Skills and Strategies for Public Managers*, Editora da Universidade do Povo, 2005, pp. 7.

<sup>2</sup> Terry L. Cooper, *The Responsible Administration: An Approach to Ethics for the Administrative Role*, Editora da Universidade do Povo, 2001, pp. 47.

monopolizados. Na falta de concorrência, a qualidade dos serviços públicos mantém-se num determinado nível, por isso, quando fornece bens públicos e serviços públicos, já tem formado um hábito de passividade. Durante o processo de prestação de serviços, verifica-se uma falta de iniciativa, sem ter consciência de que está a servir os cidadãos e que precisam de trabalhar de uma maneira acelerada e eficaz e prestar um serviço de boa qualidade aos cidadãos que delegam os seus poderes no Governo. A burocracia faz com que os departamentos públicos tenham produzido muitos regulamentos internos, com a intenção inicial de normalizar o comportamento dos departamentos públicos e normalizar através dos diplomas legais os âmbitos dos poderes de autorizações oficiais, integrando os poderes nos seus respectivos cargos, numa cadeia fechada, sob vigilância e comando único, com o objectivo de evitar corrupções e abusos de poder, entre outras corrupção. Sob este regime, a hierarquia faz com que os funcionários trabalhem inseridos numa cadeia de subordinação, de superior a inferior, obrigando os inferiores a solicitar instruções para tudo, fazendo-os perder assim a iniciativa e a actividade nos seus trabalhos, ao mesmo tempo, devido aos rígidos regulamentos que não podem ser alterados com facilidade, a estrutura organizacional perde a sua capacidade de resposta e flexibilidade. Sob este regime, a mentalidade dos funcionários públicos é cumprir com o horário de trabalho, fazem tudo duma maneira passiva, de acordo com os regulamentos existentes, com a única intenção de não cometer erros e à espera da reforma. Isto não leva os funcionários públicos a tomar iniciativas nem a melhorar a qualidade dos serviços, porque fazer tudo conforme os regulamentos significa evitar erros, que já é um caminho para chegar a uma reforma bem conseguida. Além disso os interesses departamentais e o abuso de poder, a corrupção e a caça à maximização dos interesses individuais deixam alguns funcionários imersos na procura de poder e interesses individuais, gastando todo o tempo na procura de interesses individuais e não tudo fazendo a favor dos interesses públicos dos cidadãos.

A gestão é uma arte, mas é preciso ser executada por pessoas. O espírito de servidores públicos é apenas um conceito e “servir o povo” também é uma palavra de ordem e um ideal para o Governo se aproximar da sociedade e conseguir uma sociedade harmoniosa, com um desenvolvimento próspero. É sabido de todos que os poderes governamentais são delegados pelos cidadãos. Como pôr em prática “servir o povo” e levar a cabo as reformas administrativas de “servir o povo” para que toda a fun-

ção pública dedique os seus esforços para conseguir este objectivo? Primeiro, precisamos de voltar ao que é o mais básico, ou seja, devemos divulgar de novo, junto dos funcionários públicos, no que diz respeito ao conceito de servidores públicos, como bem destaca Steven Cohen, que o factor humano é o mais importante. Uma gestão eficaz é organizar as pessoas a fazer as “coisas mais adequadas”<sup>3</sup>. Nas reformas que visam “servir o povo”, a coisa mais adequada é fazer com que os funcionários públicos aprendam como é que devem tomar o “servir o povo” como princípio e como é que pôr realmente em prática “servir o povo”. Em primeiro lugar, os funcionários públicos precisam de perceber que sendo servidores públicos, é preciso, em termos políticos, serem leais à pátria e à Região Administrativa Especial. Após a reintegração de Macau na Mãe Pátria, o amor pela Mãe Pátria e amor por Macau, servir a Região Administrativa Especial e servir os cidadãos já são os conceitos políticos dos servidores públicos. Nos seus cargos, devem cumprir as leis e observá-las, sobretudo a Lei Básica e estipulações e leis da Região Administrativa Especial de Macau. Devem, a partir do interesse público, procurar a igualdade e justiça sociais. Isto são as regras que os funcionários públicos do Governo da Região Administrativa Especial de Macau devem observar. Observar as leis significa possuir honradez. Ao mesmo tempo, como o que fazem os servidores públicos são serviços públicos, devem ser zelosos nos seus trabalhos. Devem prestar contas aos seus empregadores: os cidadãos. Devem ser leais aos seus cargos e colocar os interesses públicos social acima dos individuais.

Após o regresso, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem-se dedicado à formação dos funcionários públicos dos níveis superior e inferior. Em primeiro lugar, mandaram quadros superiores para serem formados no Instituto de Administração de Singapura e no Instituto Nacional de Administração em Pequim. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau, ao promover as reformas de “servir o povo”, precisa de fazer esforços a longo prazo e necessita introduzir reajustes na tradicional mentalidade dos funcionários públicos, alertando-os permanentemente da importância do conceito de servidores públicos. Mesmo após as devidas instruções, não quer dizer que isto se transforme em prática ou que tenham assimilado completamente o que aprenderam.

---

<sup>3</sup> Steven Cohen, Brand, Ronald: *Total Quality Management in Government: A Practical Guide for the Real World*, Editora da Universidade do Povo, 2002, pp. 179.

Muitos funcionários públicos acham que com tantas experiências de trabalho administrativo, as aulas para eles não são mais do que perder tempo. Alguns outros estimam a oportunidade de aprendizagem que se lhes oferecem e aplicam ao seu trabalho o que aprenderam, por isso, é preciso utilizar metodologias diferentes durante longo tempo para que as pessoas assimilem os conhecimentos que sabem e que não são aplicados. À medida das mudanças do tempo e das circunstâncias, é preciso utilizar novas metodologias para repassar estes conhecimentos e monitorizar e pôr em prática os deveres dos servidores públicos, de cima para baixo. A governação da Região Administrativa Especial de Macau tem que ser executada pelo pessoal de direcção que deve liderar todo o processo de elaboração, execução e retorno de informações das políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, no que toca a “servir o povo”. Caso contrário, as políticas ficarão apenas na ideologia, com conteúdos pouco aprofundados, muito menos se conseguirá a sua perfeita compreensão.

“Servir o povo” é elaborar as políticas, conforme a vontade popular. Por isso, o Governo precisa de incitar os funcionários públicos a criar hábitos de ouvir as opiniões populares. Como as recolher e integrar as que representem interesses públicos e que são aceites pela maioria nas suas políticas é coisa que os funcionários devem aprender. A política é superiormente decidida, transmitida pelos quadros médios e posta em prática e divulgada pelos funcionários da base. O bom sucesso de qualquer política depende completamente da cooperação entre todos os funcionários públicos, sobretudo os que trabalham na primeira linha de atendimento público. Só com a decisão superior, sem a cooperação do meio e da base, sobretudo dos da linha de atendimento público, nenhuma política poderá ser bem sucedida. Só dependendo da decisão superior, sem a cooperação do meio e da base, haverá problemas na execução das políticas. Por isso, a comunicação entre os superiores e os inferiores é particularmente importante. Uma das razões de muitas políticas não terem sido aplicadas é que durante esse processo de comunicação apareceram erros de transmissão de informações ou o pessoal da primeira linha de atendimento não teve uma percepção correcta das políticas que estavam a executar e não faziam nada mais do que seguir todo o processo burocrático. O bom sucesso de uma política depende da atitude activa de um trabalho consciencioso dos funcionários executores. O espírito de servidores públicos, com sentido de missão contribui para que os funcionários executem bem essas políticas. Uma melhor compreensão e percepção das políticas permitem aos funcionários ter os objectivos de trabalho bem

claros. Quando a população tem dúvidas, podem esclarecê-las, de modo a reduzir as queixas, junto do Governo, em consequência da não compreensão do conteúdo das políticas e dos seus objectivos. Uma clara percepção das políticas por parte dos funcionários contribui para uma transmissão correcta e completa aos cidadãos para que haja concordância entre a elaboração, a divulgação e a execução das políticas, por isso, o reforço da comunicação interna revela-se especialmente importante. Antes de levar a cabo uma política, deve ser o pessoal da direcção a tomar a iniciativa de esclarecer os funcionários médios e da base, os que trabalham na primeira linha de atendimento ao público da ideologia que essas políticas promovem, explicar-lhes o conteúdo das políticas e as exigências aos funcionários que as executam e tudo quanto saibam responder quando o público tem dúvidas ou necessidade de obter esclarecimentos. Ao mesmo tempo, através duma via de comunicação com os superiores e os funcionários intermédios, os da base podem obter atempadamente informações sobre os reajustes das políticas para reforçar a coesão de trabalho de equipa, numa tentativa de conseguir uma correspondência entre as ordens políticas e a sua execução. O que queremos realçar aqui é a importância dos gestores intermédios. O objectivo da comunicação reside numa mais aprofunda compreensão. As pessoas que executam essas políticas podem aprofundar a sua percepção das mesmas, através destas comunicações e aumentarem a confiança na organização. O pessoal superior e o intermédio podem, através dessa comunicação, ter conhecimento da dificuldade ou viabilidade de percepção dessas políticas quando são executadas pelo pessoal da linha de atendimento ao público, para poder realizar os reajustes correspondentes e isto contribui para reduzir os atritos que possam resultar de conflitos de interesses e discrepâncias de opiniões para chegar a certo consenso e promover a identificação dos funcionários que executam essas políticas com a sua própria estrutura organizativa, de modo a aumentar a consciência de cooperação e a taxa de execução das políticas, com o objectivo final destas políticas poderem ser felizmente atingidos. Por isso, o pessoal de gestão intermediária é uma ponte entre a direcção e a base. O bom funcionamento das vias de comunicação e a correcção das informações transmitidas só podem surtir os seus efeitos, através desta ponte. Se o pessoal intermédio perceber a ideologia governativa dos dirigentes, eles podem ajudá-los a transmitir claramente essas mensagens às pessoas da base para que elas próprias aceitem essas novas ideologias.

Como ficou dito, a comunicação é em dois sentidos: A transmissão das informações de cima para baixo e vice-versa e o retorno de informações.

Além da instalação de hot line, caixa de sugestões ou vias de reclamações, a maioria dos trabalhos de retorno de informações tem de ser feito pelo pessoal da linha de atendimento. Devido a que o pessoal da primeira linha de atendimento é quem verdadeiramente observa e ouve das exigências dos cidadãos do Governo, insatisfações ou propostas, com a criação desta via dentro da organização, pode-se fazer chegar estas informações à direcção e aos quadros médios para fazer análises internas, a fim de fazer reajustes e introduzir alterações nas políticas que estão em curso de execução e contribuir para definir a orientação das políticas para o futuro. Isto contribui para o aumento do espírito do servidor público e o sentido de missão, fazendo com que os funcionários não só se sintam no dever de fornecer serviços aos cidadãos mas também possam fazer chegar as necessidades dos cidadãos aos seus superiores, servindo assim como uma ponte entre a cúpula decisiva e os cidadãos. Por isso, podem desempenhar a função de transmitir o conteúdo das políticas aos cidadãos e fazer chegar aos seus superiores as reclamações dos cidadãos. Isto é muito importante para o espírito da equipa de organização e para aumentar a eficácia administrativa. Devido a que as políticas a ser lavadas a cabo correspondem ao interesse público da maioria, qualquer escolha poderia afectar alguns interesses adquiridos. Uns virão os seus interesses melhorados e outros, prejudicados. Quando, devido à necessidade do desenvolvimento, os cidadãos ou a sociedade inclinam-se a apoiar, a execução das políticas torna-se mais fácil, pelo contrário, terão muitas dificuldades ou quase será impossível de serem executadas, portanto, recolher constantemente informações e proceder à sua análise são indispensáveis para uma bem sucedida elaboração das políticas e a sua eficaz execução.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem criado vários conselhos consultivos, com os quais tem vindo a recolher opiniões e propostas sobre as mais variadas áreas da governação por parte dos representantes dos círculos sociais. Antes do lançamento dos vários grandes projectos de reforma, fizeram-se consultas públicas para poder reajustar o objectivo e o conteúdo das políticas a ser lançadas, no entanto, apesar dos preparativos bastante suficientes de consultas, antes do lançamento das políticas, durante a execução das mesmas, devido a circunstâncias imprevistas, é preciso introduzir alterações nas políticas ou adoptar medidas de resposta. Mas destas circunstâncias, algumas são de força maior, tais como, a SAS e outras, detectáveis com antecedência. Acontece que os decisores políticos podem ter toda a boa vontade, mas como não têm partido do ângulo

da realidade dos cidadãos, em alguns passos concretos, não pensaram nas necessidades reais sociais, provocando uma situação em que não têm surgido benefícios para os cidadãos. Em vez de os beneficiar, poderão provocar vozes de protesto. Também acontece que durante a execução das políticas, houve o retorno de informações, mas não têm sido adequadamente tratados nem chegado aos seus superiores, o que pode dar forma a uma força da oposição bastante forte, nos últimos tempos executórios. Quando as contradições sociais e as queixas se vão acumulando ao ponto de se transformarem paulatinamente em descontentamento, em relação à gestão e alargamento do Governo, ou à confiança política no Governo, mal lançada alguma política reformista, pode provocar imediatamente crise se o Governo não reagir imediatamente e até pode transformar-se em manifestações e protestos ou sentimentos anti-governamentais, dando assim origem a agitações sociais. Sobretudo, no caso de crises ou adversidades, a atenção dada à criação de vias de comunicação de informações desobstruídas e a posse instantânea e correcta de informações, podem permitir elaborar políticas de resposta. Servindo-se da comunicação social para esclarecer os cidadãos sobre a posição e a política do Governo para eliminar possíveis dúvidas dos cidadãos, a fim de diluir algumas crises já em curso, este é o conceito de interesses gerais, lançado pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, de que devem ser dotados todos os dirigentes. Os interesses gerais, no seu sentido lato, requerem que os funcionários se mantenham sempre alertas sobre as alterações no ambiente social, de modo a prestar atenção às mudanças pormenorizadas que possam dar forma a problemas maiores, a fim de poder tomar medidas preventivas e dar-lhes o devido tratamento. Num momento, em que a economia está vigorosa, com todas as actividades prósperas, é preciso manter sempre a consciência de possíveis preocupações latentes, dando atenção à vontade popular, sobretudo ao mesmo tempo às correntes predominantes e as não predominantes. Qualquer sociedade tem necessariamente comunidades com melhores ou piores rendimentos. No momento de arranque económico, poderá haver maior disparidade entre os ricos e os pobres, nas zonas urbanas. Algumas informações não predominantes seriam capazes de reflectir as necessidades de uma parte da sociedade que precisa mesmo de apoios. Um Governo que presta atenção a respeito é que pode ser chamado dum Governo de “servir o povo”. Desta maneira, o retorno das informações precisa de ser feito, a partir da comunicação social, as informações vindas das associações e recolhidas pelos trabalhadores que trabalham na primeira linha de

atendimento ao público. Após verificadas e analisadas, é que são reveladoras da realidade. O conceito de interesses gerais, no seu sentido restrito, exige que os dirigentes dos vários departamentos prestem atenção a todos os trabalhos de todo o aparelho do Governo e tenham uma percepção mais clara da governação no seu conjunto. No caso de necessidades, é preciso trabalhar, em coordenação com outros departamentos e não só se debruçam apenas sobre as reformas do departamento a que pertence, ignorando as reformas administrativas no sentido de “servir o povo”, dum nível mais aprofundado e inter-departamental. Dentro de um determinado departamento público, o conceito dos interesses gerais significa fazer com que todos os funcionais desse departamento saibam dos objectivos e do conteúdo da governação desse departamento para que todos os funcionários prestem atenção aos trabalhos da unidade a que pertencem e se apoiem e cooperem no seu trabalho. Às vezes, um departamento pode contar centenas, até milhares de funcionários públicos. Mesmo dentro do próprio departamento, nem todos os funcionários se conhecem. Cada um no seu trabalho. Através da transmissão de informações, mediante os boletins dos departamentos para divulgar as últimas novidades, junto dos outros departamentos e dos funcionários do mesmo departamento, cria-se assim uma rede de informações interligando toda a gente, o que favorece uma compreensão mútua mais aprofundada e uma melhor compreensão para levar a cabo as reformas administrativas de “servir o povo”.

Dar desempenho ao espírito de servir o público reside em mobilizar todas as iniciativas para que os funcionários públicos compreendam verdadeiramente que são servidores do povo e devem servi-lo. A tradicional administração pública normaliza, através dos seus regulamentos, o trabalho dos seus funcionários e controla-os dentro das normas, mediante a hierarquia. Para que os funcionários públicos possam dar desempenho ao espírito de servidor público, é preciso mudar de controle a uma aceitação consciente para poder dar desempenho ao conceito de espírito de servidor público, por parte dos funcionários públicos e observar pela sua própria vontade as normas. Quando os funcionários são expressamente informados dos objectivos e dos resultados esperados dos seus trabalhos e têm sido objectos de orientação e apoio, durante o seu trabalho, o retorno de informações que fazem chegar aos seus superiores é aceite, eles sentem-se realizados e reconhecidos no seu trabalho. Simultaneamente, o seu sentido de responsabilidade é automaticamente reforçado. No tradicional sistema burocrático, a principal função do gestor é utilizar os

seus poderes para fazer com que os seus subalternos cumpram com os seus deveres. Sob este regime, nunca se pensou no sentimento nem na relação de parceria com os seus subalternos. Por isso, dentro dum novo modelo de gestão, é preciso que o gestor comece pela ideologia de governação, por um lado, a nível do regime, criar normas que permitam um aumento do nível dos serviços e da qualidade, ao mesmo tempo, criar vias de comunicação dentro da hierarquia, de cima para baixo, para que a transmissão das informações fique completamente desobstruída, formando assim o conceito de “estar no mesmo barco”. Isto significa que toda a hierarquia, seja a cúpula seja a base, deve ter a mesma ideologia e seguir a mesma direcção. Uma política por melhor que seja, sem uma eficaz execução, não ficará coroada de sucesso. Durante a execução, se não podem tomar informações atempadas nem correctas, não há possibilidade de introduzir reajustes rápidos e eficazes nas políticas. Tudo isto precisa da coordenação entre as pessoas. Portanto, o retorno de informações de base para a cúpula da hierarquia, promovido pelos dirigentes, pode levar a toda a função pública a ter um sentido de identidade e sentido de responsabilidade, em relação ao seu trabalho, a fim de que participem na recolha de informações, necessárias à elaboração das políticas. É preciso começar por preocupar com o trabalho do pessoal da base, reconhecendo-lhes os seus esforços e aumentando os seus contributos para a organização para que eles possam “sentir o ver acabado um trabalho com sucessos após esforços comuns”, “resolver em conjunto um problema” e “ver os resultados dos seus trabalhos”, deixando os indivíduos poderem obter maiores sucessos nos seus trabalhos organizacionais e colectivos, mobilizando assim as suas iniciativas de trabalho para que eles tomem maiores iniciativas no cumprimento dos seus trabalhos. Durante a comunicação, estimula-se os funcionários que trabalham na primeira linha de atendimento ao público a fazer chegar as informações aos seus superiores, incluindo queixas, propostas ou acontecimentos, etc. É preciso orientar os seus funcionários públicos a dar seguimento às questões, na posição dos cidadãos, aumentando-lhes a sensibilidade para se sentirem como uma parte importante do trabalho de “servir o povo”. Só desta maneira é que eles podem tomar a iniciativa de elevar a eficácia dos seus trabalhos, através de estímulos às ideias inovadoras, lançadas por funcionários públicos para que os indivíduos se sintam respeitados, o que pode levá-los a dar desempenho ao espírito inovador. Por isso, trata-se duma atitude de “compartilhar os bons e maus momentos”, lançada pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Dentro dos departamentos públicos,

forma-se o espírito da equipa para o desenvolvimento em conjunto, realçando a ideia de que o trabalho de cada funcionário público está “intimamente ligado” à vida popular. Os departamentos não estão a trabalhar, cada um por seu lado, mas sob a direcção do Governo da RAEM e perante uma fase de próspero desenvolvimento, com a tarefa de levar toda a sociedade a continuar com um estável desenvolvimento. Entre os diversos departamentos deve haver troca de informações e sinergia, atenção às comunidades que ainda precisam de apoios e estar sempre alerta para qualquer adversidade, para poder conduzir a sociedade na ultrapassagem das dificuldades.

Quando a Região Administrativa Especial foi criada, Macau encontrava-se numa situação de ordem pública e economia relativamente enfraquecidas e todas as actividades estavam à espera do melhor desenvolvimento. Portanto, a política de “Consolidação de bases e desenvolvimento firme” foi lançada nessa altura, para resolver os problemas internos. À medida da liberalização dos jogos, a economia de Macau ganhou o seu ressurgimento. A partir daí, as políticas devem passar a ser preventivas. A prevenção é um tema da administração a que deve prestar atenção qualquer gestor. No entanto, na realidade, elevar a consciência das preocupações latentes depende das informações recolhidas. É preciso estimular os funcionários públicos a fazer chegar aos seus superiores o retorno das informações atempadamente, o que contribui para dominar a situação social e reforçar a consciência de “estar no mesmo barco”. Os gestores, além de dever ter um sensível sentido de alerta e de previsão, precisam de prever as influências em cadeia, que uma política possa provocar. É preciso premeditar todos os preparativos necessários. No conceito de estar no mesmo barco, os gestores são os timoneiros e os funcionários do nível intermédio e da base, remadores. “Para que direcção se vai” depende dos conhecimentos profissionais e da sensibilidade dos timoneiros, que decidem a direcção para onde se dirigem e dar ordens claras para o barco poder navegar na direcção estabelecida. Quando os remadores, durante a navegação, encontram alguns sinais de perigo, precisam de comunicar imediatamente aos timoneiros. Assim, a chave da comunicação reside nos seus dois sentidos, nas instruções expressas, nas propostas dos participantes, na transmissão de informações e também no retorno das informações.

A eficácia administrativa e os serviços de excelência são atingidos com os esforços dos funcionários. Qualquer reforma administrativa que

tem como fim “servir o povo” deve ser executada pelos funcionários públicos. Se estes podem assumir a sua responsabilidade administrativa perante os cidadãos, achando-se servidores públicos e trabalhar para o público e o representam, só com esta mentalidade é que nos seus trabalhos podem concretizar as reformas administrativas que têm como o objectivo “servir o povo”. As reformas administrativas de “servir o povo” devem incluir oito princípios da administração pública, definidos por H. George Frederickson<sup>4</sup>:

1. A “administração pública” não significa a “administração do Governo”. A administração pública inclui as actividades do Estado, mas os seus âmbitos são mais alargados, que possam atingir às actividades públicas colectivas ou outras formas e desempenhos, a nível de execução;
2. As tarefas da administração pública residem em organizar e administrar de maneira eficaz, económica e imparcial todas as instituições de carácter público que incluem o Governo, organizações para-governamentais e as não-governamentais;
3. Os âmbitos da administração pública são executar as políticas públicas, organizar e administrar de maneira eficaz os órgãos públicos, sem nenhum preconceito partidário ou parcialidade, apoiar instituições públicas e tomar os interesses dos cidadãos e defender o regime político como os seus valores;
4. A administração pública, seja em estudos académicos seja em termos práticos, deve concentrar de maneira imparcial a sua atenção nos aspectos governamentais;
5. Devemos realçar a perspectivação das reformas, as suas respostas e as formas de participação dos cidadãos, administrar as organizações e instituições públicas;
6. Num ambiente de política democrática, os gestores públicos devem ser responsáveis perante os cidadãos. Precisamente por esta causa, o nosso trabalho é nobre e sagrado;
7. Seja a nível teórico seja prático, a administração pública, ao assumir compromissos de justiça e igualdade, deve dar igual impor-

---

<sup>4</sup> H. George Frederickson: *The Spirit of Public Administration*, Editora da Universidade do Povo, 2003, pp. 195-205.

tância ao seu compromisso com os baixos custos e a eficácia. O cumprimento com os princípios de justiça e igualdade nos unem ao povo dos nossos tempos, ao mesmo tempo, permite-nos estar mais ligados aos nossos vindouros;

8. O espírito da administração pública reside na base moral de todos os cidadãos praticarem o bem e a caridade.

São 8 princípios da administração pública que incluem todos os factores necessários às reformas administrativas de servir o povo:

- Servir o povo realiza-se em conformidade com as formas e os desempenhos dos actos públicos colectivos, a nível administrativo ou executivo, por isso, as reformas administrativas de servir o povo requerem a cooperação entre todos os departamentos e entre todos os funcionários públicos para o seu bom sucesso;
- As reformas administrativas de servir o povo requerem que todos os funcionários realizem os seus trabalhos de administração pública de maneira mais eficaz, económica e imparcial;
- As reformas administrativas de servir o povo exigem que os funcionários públicos devam defender os interesses de todos os cidadãos;
- As reformas administrativas de servir o povo pedem que a hierarquia do Governo deva prestar muita atenção a como todos os subordinados põem em prática os trabalhos, a favor do interesse público;
- As reformas administrativas de servir o povo obrigam que todos os dirigentes administrativos de todos os níveis devam ter a clarividência preventiva, respostas a crises e através da recolha de informações, junto dos cidadãos para poder administrar organizações e instituições públicas;
- Servir um povo exige que todos os funcionários públicos sejam responsáveis perante os cidadãos e trabalhem a favor dos interesses comuns dos cidadãos;
- As reformas administrativas de servir o povo exigem que todos os funcionários públicos tratem os cidadãos com justiça e igualdade;
- As reformas administrativas de servir o povo impõem que os funcionários públicos devam sempre ter presente as necessidades dos ci-

dadãos e dar-lhes atenção e devam exercer os seus cargos com a moral ética dos funcionários públicos.

Estes factores são conteúdo das reformas administrativas de servir o povo. São tudo o que deve ser levado em consideração por todos os funcionários que trabalham na sua qualidade de “servidor público” e são conhecimentos que devem ser aplicados aos seus trabalhos, por isso, reforçar o conceito de servidor público dos funcionários públicos e conseguir uma verdadeira percepção da ideologia de servir o povo é importante e só desta maneira é que se pode cooperar com o Governo da RAEM na promoção das reformas administrativas e servir realmente os cidadãos da Região Administrativa Especial de Macau.

## **2. Reforçar o conceito de “servir o povo”, mediante a educação**

A reforma administrativa de “servir o povo” que está a ser levada a cabo pelo Governo da RAEM não se dedica especificamente à estrutura interna. Para as reformas relativas aos servidores públicos e ao Governo que durante longo tempo levam a cabo uma administração de “servir o povo”, é preciso promover continuamente esta ideologia em toda a sociedade.

As crianças são pilares da sociedade. Desde pequeninas devem ser educadas com moral e educação cívica, o que contribuirá para a criação duma sociedade de excelência. Os chineses, desde a mais remota antiguidade, têm procurado uma educação moral. A famosa teoria confuciana de “governar pela moral” foi lançada pelo seu fundador Confúcio, que tem exercido influência muito profunda sobre a ideologia de governação do país de todos os monarcas ao longo da história da China. Confúcio nasceu em Qufu do Reino Lu. Desde criança, recebeu uma boa educação da tradicional cultura chinesa, sobretudo de instituições, antigos ritos e música. Esta boa educação que Confúcio recebeu permitiu-lhe aceitar os ritos da Dinastia Zhou e os tradicionais pensamentos, e aplicá-los ao Confucionismo. Devido à sua origem humilde, vindo duma família popular, ele teve oportunidade de se aproximar do povo para conhecer da difícil situação em que se vivia. Por isso, Confúcio, no seu pensamento, alerta muitas vezes para a necessidade de “governar pela moral”. Ao falar da sua vida, assinalou: “Aos 15 anos, tomei a decisão de me dedicar aos estudos, aos 30, tenho a carreira literária feita, aos 40,

tornei-me iluminado, aos 50, apercebi-me do meu mandato celestial, aos 60, sou capaz de ouvir tudo o que venha ao meu ouvido e aos 70, faço mestralmente aquilo que o meu coração me dita e sem transgredir nenhuma regra”<sup>5</sup>. Isto mostra que Confúcio, aos 15 anos, já tinha bem clara a orientação da sua vida, fazendo todos os esforços para aumentar os seus conhecimentos, o que permitiu ter uma boa carreira, baseada nos antigos ritos, aos 30. Com o conhecimento da vida social e os ritos já aprendidos, passou a ter um lugar ao sol na sociedade e participou activamente na vida política e social. Através do conhecimento dos ritos, sabia o que devia fazer e o que não devia. Ao 50, já se tornou conhecedor do seu “mandato celestial”, ou seja atingiu uma nobre moral. Pelo percurso da vida do Confúcio, pode-se ver que a educação, para o desenvolvimento individual, sobretudo a formação do carácter pessoal, tem um importante papel. Se não tivesse recebido uma boa educação da tradicional cultura chinesa e experiências da vida miserável do povo e depois de ter “conhecimento dos ritos”, a vontade de transmitir as suas experiências, baseadas em conhecimentos e vicissitudes da vida para orientar outros, não teria aparecido “doutrinas da bondade confuciana”. Uma sociedade de excelência precisa de ser criada por pessoas de elevada qualidade. Para atingir uma elevada qualidade, deve-se apreender o chinês, a história, as matemáticas, a geografia, entre outros conhecimentos básicos livrescos e ao obter diplomas ou títulos académicos, significa que possuem habilitações correspondentes. Uma pessoa, dotada com nobres caracteres sabe como fazer contributos para a sociedade e que pode criar riquezas para a sociedade e trazer sucessos para si mesmo. Confúcio afirmou: “Os funcionários que têm a carreira feita têm de continuar com os seus estudos e os bons estudantes têm um futuro promissor para uma boa carreira oficial”<sup>6</sup>. As pessoas sábias, só através dos estudos, é que podem governar com a moral. Por isso, é preciso alargar todas as vias de aprendizagem, promovendo a moral e a educação cívica. Só desta maneira é que se formam os recursos humanos de alta qualidade para a governação do país. As doutrinas de bondade promovidas por Confúcio têm que ver com a sua experiência de vida, junto do povo. A bondade promove “Abster-se para recuperar os ritos”. “Abster-se” exige que qualquer pessoa seja honrada. Precisa de ter os ideais de “Lealdade e tolerância”, isto é, “Aquilo que quer cria para si, fá-lo também para outros e aquilo que quer atingir faz atingir por

<sup>5</sup> *Reflexões e Ensinamentos de Confúcio • Governação.*

<sup>6</sup> *Reflexões e Ensinamentos de Confúcio • Zi Zhang.*

outros”<sup>7</sup> e “Não imponhas o que não queres que te seja imposto”<sup>8</sup>, “servir o povo” exige partir-se da posição em que se encontra o povo e levar a cabo a governação, conforme as necessidades do povo e aproximar-se o mais possível da vontade popular, em cooperação com o desenvolvimento social. Só se executa aquilo que a sociedade precisa e é benéfico para ela e não se pode promover políticas que a sociedade não aceita. Isto é a base das políticas realçadas pelo Governo da RAEM e também são os princípios básicos, quando o Governo da Região Administrativa Especial de Macau serve os seus habitantes. Promover o “servir o povo” é uma política de que precisa a população da Região Administrativa Especial de Macau e trata-se dum contributo para a estabilidade e a prosperidade social de Macau. Para a prosperidade e o desenvolvimento social estável, a longo prazo, da RAEM, é preciso formar pessoas que estejam decididas a servir a Região Administrativa Especial de Macau e formar elites sociais para todos os cidadãos, seja na sua qualidade de servidor público seja membro dos círculos sociais, estarem reunidos na mesma vontade de fazer contributos para o desenvolvimento social estável de Macau. Neste momento em que o Governo está empenhado na elevação global da qualidade de vida dos cidadãos, é preciso destacar a importância da educação, sobretudo a educação cívica que dá realce à moral, a piedade filial para com os pais, o amor aos familiares e a honestidade nas relações interpessoais. Como bem destacam os “Altos Estudos”: “Desde a antiguidade, os que querem esclarecer o mundo com a moral, começam por reinar bem os seus reinos. Para tal, têm que começar por governar bem as suas casas. Para tal, têm que cultivar primeiro uma boa mentalidade. Para tal, precisam de ter honradez. Para tal, tem que ter uma boa vontade. Para tal, é preciso ter conhecimentos e saber sobre tudo”

Após o regresso de Macau, primeiro a fazer é educar os habitantes da Região Administrativa Especial de Macau com o espírito de amor pela pátria e amor por Macau. Só com estes sentimentos, é que uma pessoa pode ser leal à nação e à RAEM e apoiar de todo o coração a Região Administrativa Especial e dar contributos ao prestar serviços aos cidadãos, independentemente de ser ou não servidor público. É preciso que todos apoiem a RAEM e que sirvam os seus habitantes. Em cada sociedade, existem serviços que servem os clientes. Todas as actividades da RAEM estão a prestar serviços aos cidadãos na RAEM. A partir deste ângulo, o

---

<sup>7</sup> *Reflexões e Ensinaamentos de Confúcio • Moderação e Ponderação.*

<sup>8</sup> *Reflexões e Ensinaamentos de Confúcio • Yan Yun.*

espírito de “servir o povo” não só deve ser adoptado pelo Governo na sua reforma administrativa, mas também é a “alma de tratar os clientes” de todas as actividades profissionais sociais. Desta maneira, promover a Lei Básica nas escolas é formar o conceito básico de amor pela pátria e amor por Macau, desde criança. Depois de ter uma percepção da lealdade à nação e à Região Administrativa Especial de Macau é que podem ter uma identidade com a Mãe Pátria e com a RAEM. Só com este sentimento é que se sente a vontade para ficar na RAEM a prestar os seus serviços. Na vida e no trabalho tentam tratar bem os habitantes da Região Administrativa Especial de Macau. Isto, independentemente de chegar a ser servidor público ou não, depois de crescidos. Toda a função pública, desde o pessoal de direcção até aos de base, deve perceber o verdadeiro significado de “servir o povo” e deve aplicá-lo lealmente nos seus trabalhos. Mesmo aqueles cidadãos que não chegaram a ser funcionários públicos também devem saber tratar bem os seus semelhantes e compreender os seus deveres de cooperação com o Governo. Como cidadão, basta fazer chegar activamente as suas propostas ao Governo para a vontade popular chegar ao Governo, o que lhe permite tomar perfeito conhecimento da opinião pública, a fim de poder elaborar e promover políticas que correspondam às necessidades sociais.

Em 14 de Dezembro de 2005, um grupo de trabalho de Hong Kong e Macau Publicou “Os inquéritos sobre o estado actual da qualidade global de vida da população de Macau”. Trata-se dum inquérito que inclui aspectos de cultura, educação, economia, emprego, assistência médica, saúde, diversões e lazer, entre outros, que revelam os sentimentos e opiniões dos habitantes de Macau sobre todas as áreas da sua vida. Este relatório permite-nos ver as reflexões e os sentimentos dos habitantes sobre a realidade social de Macau, o que permite o Governo fazer reajustes nas suas políticas. Em primeiro lugar, segundo este relatório, mais de 35% dos entrevistados acham-se macaenses, mais de 40% consideram-se chineses. Os que se consideram com as duas identidades são aproximadamente 20%. Os que nasceram em Macau apenas são 43,9% e os que nasceram em Hong Kong ou Portugal representam respectivamente 3,3% e 0,4%<sup>9</sup>. Se compararmos estas estatísticas com “Os inquéritos sobre o estado actual da qualidade global de vida da população de Macau”, os

---

<sup>9</sup> “Publicação do relatório a médio prazo sobre a qualidade geral da vida, as pessoas de Macau estão geralmente satisfeitas com a vida que têm uma perspectiva promissora”, «Jornal Ou Mun», caderno de B03, 15 de Dezembro de 2005.

que se acham chineses, são possivelmente os emigrantes que nasceram no interior da China e que vieram a estabelecer-se em Macau e os que se consideram macaenses são possivelmente os habitantes nascidos em Macau. Os que acham ter as “duas identidades” justificam que Macau, uma vez reintegrada na China, é “Macau da China”. Por outro lado, esta dupla identidade poderia ser interpretada como aqueles novos emigrantes, vindos do interior da China e que estão integrados na Macau da China. Os que respondem ser chineses podem ser aqueles emigrantes que vieram a Macau apenas para residência e não têm uma identificação com a terra. Seja qual for a interpretação, agora vamos ver o resultado sobre a pergunta de “Acha donde é?”, o que nos permite ter uma compreensão melhor sobre os resultados de “Os inquéritos sobre o estado actual da qualidade global de vida da população de Macau”. Durante os inquéritos, mais do que 60% dos entrevistados reconhecem que o objectivo prioritário para o próximo decénio de Macau é a prosperidade económica e uma vida mais folgada. Elevar a moral social e a estabilidade política representam, respectivamente, 10%. A protecção ambiental e elevar a participação e influência dos cidadãos nos assuntos públicos mereceram a opinião de pouca gente. Em relação à qualidade geral de vida social, os que estão satisfeitos representam 30%, os insatisfeitos, 10% e os que têm uma satisfação razoável atingem 60%. Em relação à realidade social, o que deixa 60% dos entrevistados satisfeitos é a prosperidade económica e a estabilidade social. 40% estão contentes com a manutenção da ordem pública, a justiça social, os projectos urbanísticos, o desempenho dos trabalhos do Governo e a protecção ambiental. Um terço dos entrevistados está satisfeito com o ambiente residencial, as relações interpessoais, o avanço da reconversão urbanística e a defesa dos direitos humanos. Sobre o desenvolvimento democrático, a honestidade do Governo, a confiança social e a justiça social, menos de 30% estão satisfeitos. Muitos entrevistados mostram-se descontentes, em relação à realidade social, sobretudo em termos da confiança social e depois por ordem decrescente, a igualdade social, a honestidade do Governo, a justiça social, os projectos urbanísticos, o emprego e o desenvolvimento democrático. A maioria dos entrevistados mantém um optimismo, em relação ao desenvolvimento social no seu conjunto, achando que a Macau de hoje está melhor do que há 3 anos atrás e será melhor daqui a 3 anos<sup>10</sup>. Sobre o objectivo prioritário do

---

<sup>10</sup> *Estrutura geral do censo demográfico de 2001*, in [http://www.dsec.gov.mo/index.asp?src=/chinese/pub/c\\_cen\\_pub.html](http://www.dsec.gov.mo/index.asp?src=/chinese/pub/c_cen_pub.html)

desenvolvimento para o próximo decénio, mais do que 60% dos entrevistados acham que a prosperidade económica e uma vida mais folgada é o objectivo prioritário. Em relação à realidade social, aproximadamente 60% dos entrevistados estão contentes com a prosperidade económica e a estabilidade social. Isto tem que ver com o rápido desenvolvimento em consequência da liberalização dos jogos e o desenvolvimento do turismo, promovido pelo “visto individual” e pelo desenvolvimento dos serviços e dos jogos. Quando toda a gente se preocupa com o desenvolvimento económico, esperando uma maior prosperidade social e uma melhor vida do povo, tendencialmente menos se preocupa com a elevação da moral social que mantém a ética social e a estabilidade política que sustenta o desenvolvimento económico. Para o desenvolvimento futuro de Macau, a protecção ambiental e elevar a “participação e a influência populares nos assuntos públicos” só têm merecido a atenção de poucas pessoas. Isto reflecte que em Macau tem predominado um pensamento de se enveredar por um desenvolvimento económico. Toda a sociedade funciona à volta de como desfrutar dos resultados económicos, produzidos pelo “boom” dos jogos. A parte sobre a educação também revela que “aproximadamente 75 cento das pessoas acreditam que com melhores habilitações literárias, terão maiores oportunidades de melhorar o seu estatuto social e económico”<sup>11</sup>. Nos últimos anos, sob o impulsionar dos jogos e do turismo que são locomotivas de Macau, a economia global de Macau tem conhecido grandes desenvolvimentos. As grandes empresas e as de capitais estrangeiros têm contratado muitos recursos humanos, em detrimento das médias e pequenas empresas e serviços, que sentem grande falta de recursos humanos. Isto faz com que a população também se sinta na necessidade de melhorar a sua competitividade, com mais elevadas habilitações literárias. Por isso, o relatório também revela que “Nos 3 anos passados, os que receberam educação continuada foram 30% e mais de 40% dos entrevistados planeiam continuar a receber cursos de formação continuada nos próximos três anos, dos quais a maioria são pessoas que têm habilitações literárias do ensino secundário do segundo ciclo e das pessoas de alto rendimento”<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> “O grupo de trabalho de especialistas de Hong Kong e Macau publica *Inquérito sobre a realidade da qualidade de vida dos habitantes*, com visões optimistas para o desenvolvimento global de Macau”, «Jornal Va Kio», caderno de 14 de 15 de Dezembro de 2005.

<sup>12</sup> “O grupo de trabalho de especialistas de Hong Kong e Macau publica *Inquérito sobre a realidade da qualidade de vida dos habitantes*, com visões optimistas para o desen-

O censo demográfico revela que quase metade da população de Macau são emigrantes. As razões de imigração geralmente é a reunião familiar ou a procura duma vida melhor. Os tradicionais usos e costumes, a cultura e a moral dos emigrantes deixam marcas nestes aspectos da sociedade de acolhimento, especialmente em Macau, que é uma sociedade formada de emigrantes, com uma percentagem de 50%. Os novos emigrantes, uma vez estabelecidos em Macau, a sua integração na vida de Macau, a sua identificação com Macau, a sua participação nos assuntos sociais de Macau e a sua aceitação ou rejeição na sociedade podem influenciar directamente na visão dos habitantes de Macau sobre a realidade social. Numa sociedade, em que predomina o desenvolvimento económico, se não se prestar atenção à educação moral para “elevar a moral social”, a sociedade tende a ser cada vez mais egoísta. A procura de interesses individuais, em detrimento dos interesses públicos, dá lugar a muitos problemas sociais. Os inquéritos também revelam que neste momento o problema da adolescência e juventude de Macau é bastante grave. Os jogos que têm dado grande contributo para o desenvolvimento económico de Macau constituem a principal fonte de rendimento social e também um grave problema social para Macau. Bastantes alunos preferem empregar-se nos jogos do que continuar com uma carreira universitária, preferencialmente tentar ser “croupier”. Alguns dos que já exercem estas funções, como não têm resistido às tentações, tornaram-se criminosos ao roubar fichas. Alguns jovens transformaram-se em jogadores doentes. Outros, como os pais trabalham neste ramo, sem lhes poderem dar os devidos cuidados, envolveram-se em problemas de droga e actividades sexuais ilegais, entre outros. Torna-se muito importante agora elevar o valor moral da adolescência e juventude de Macau. Segundo o relatório dos inquéritos, aproximadamente 10% dos entrevistados acham que elevar a moral social constitui o objectivo prioritário do desenvolvimento para o próximo decénio em Macau. A protecção ambiental só mereceu a atenção de muito poucas pessoas. Com a condição prévia de amor pela Região Administrativa Especial de Macau, o Governo deve promover uma educação de servir povo que se baseia nos interesses públicos de toda a população. É preciso educar as crianças com a educação cívica, desde pequenas. O amor pela Região Administrativa Especial de Macau inclui ser amigo da protecção ambiental, a manutenção da higiene, a poupança da energia e a protecção

---

volvimento global de Macau”, «Jornal Va Kiao», caderno de 14 e 15 de Dezembro de 2005.

dos recursos naturais da Região Administrativa Especial de Macau. Tudo isto constitui interesses comuns de toda a população da Região Administrativa Especial de Macau. Observar com as normas de tráfego e da higiene pública, salvaguardar o ambiente e estimar os recursos energéticos, não espalhar lixos e manter a limpeza ambiental, etc, são tudo comportamentos a favor dos interesse público. Também são critério para avaliar os habitantes, no que diz respeito ao amor pela sua cidade e a qualidade cívica. Em relação à cultura pessoal, honestidade e dedicação, ser amigo de praticar o bem e a caridade, a preocupação com os assuntos sociais e a participação neles também reflectem a qualidade cívica e a sua identificação com a sociedade em que estão a viver. Nas aulas, é preciso reforçar esses conhecimentos da educação cívica para que os alunos tenham, desde a infância, a percepção do amor pela Região Administrativa Especial de Macau a fim de compreender o verdadeiro significado de “servir o povo” e tomar os interesses comuns do povo como base. Só desta maneira é que se pode dar a conhecer os deveres que devem ser cumpridos, tal como normas gerais dos lugares públicos, para que os alunos, desde criança, percebam da importância do cumprimento das leis, que se traduzem em não fazer graffiti, manter os lixos nos seus devidos lugares, proteger a flora, salvaguardar o ambiente natural e estimar os recursos energéticos. Isto contribui para melhorar a qualidade da futura geração dos jovens e minimizar os impactos negativos que o crescimento demográfico da Região Administrativa Especial possa provocar à higiene ambiental, à protecção ambiental e dos recursos naturais, saber como utilizar as leis e observá-las. Com uma análise geral sobre os actuais problemas da juventude da Região Administrativa Especial de Macau, vê-se que a situação é grave. O número dos jovens que abandonam os seus estudos está em crescimento. Tudo isto tem que ver com o rápido desenvolvimento económico, promovido pelos jogos e a não elevação correspondente da qualidade cívica de toda a sociedade, a falta da moral social e a carência duma educação cívica formal e ordeira, entre outros factores.

O desenvolvimento económico provoca inevitavelmente a concorrência. O acesso ao emprego e a promoção de carreira fazem com que a sociedade, a partir da educação, estimule os estudantes a competir pelos lugares desejados e a participar em concursos selectivos. Isto contribui para aumentar a competitividade individual para formar os alunos já com a vontade de vencer e a tenacidade, antes de iniciar a sua vida social. Ao mesmo tempo, esta concorrência torna o egoísmo mais marcante ao ponto de não se ter confiança em ninguém, muito menos partilhar os

seus conhecimentos com outras pessoas, a partir dum individualismo. Ao contrário de tomar a iniciativa de ajudar os outros, não faltam pessoas que, para conseguir vitórias e à procura de interesses próprios, esquecem-se da importância da concorrência leal e da igualdade. Pelo relatório, vê-se que o que deixa os entrevistados mais descontentes é a realidade, no que diz respeito à confiança social e isto constitui um alarme para a sociedade de Macau. O conhecido sociólogo George Simmel afirmou: “Sem a confiança generalizada entre as pessoas, a própria sociedade será desmembrada. Não haverá nenhuma relação que se baseie completamente na plena compreensão dos outros. Se a confiança não pode ser como as provas racionais ou observações pessoais ou mais convincentes, quase todas as relações não são duradouras... A vida moderna tem que se basear sobremaneira na confiança da honradez de outras pessoas”<sup>13</sup>. Numa sociedade em que “os vencedores dominam tudo”, as crianças desde pequenas, já aprendem como conseguir “os méritos e benefícios individuais”. Se não as educar com as qualidades morais individuais e o espírito da unidade social, orientando-as num crescimento, dentro da concorrência leal, estimulá-las a participar nas actividades sociais associativas e formá-las na consciência social dos seus deveres com a sociedade, a caça aos “méritos e benefícios individuais”, a procura de interesses privados e egoísmo poderão formar uma corrente social predominante de maneira que a confiança entre as pessoas diminuir. Só numa sociedade de honestidade e confiança é que os cidadãos tratam com as tais qualidades. Só assim, os servidores públicos podem trabalhar em prol dos interesses dos cidadãos com lealdade e honradez e os próprios cidadãos terão a convicção de que o Governo está ao seu serviço. “Servir o povo” precisa da identificação e cooperação da sociedade, não sendo somente os deveres do Governo. Qualquer cidadão quando tiver oportunidade de se transformar em servidor público, mesmo aqueles que nunca chegarão a sê-lo, devem saber como apoiar os interesses comuns sociais, ou seja os interesses públicos, que são a base. Só desta maneira, a sociedade pode viver em comunhão e ajudar-se mutuamente na vida e em assuntos de grande importância para atingir uma sociedade harmoniosa e aumentar a coesão social e reforçar a confiança das pessoas, em relação à sociedade e ao Governo.

Segundo o relatório, a “participação e a influência populares nos assuntos públicos” só mereceu a atenção de muito poucas pessoas. O

---

<sup>13</sup> Francis Fukuyama, Trust: *The Social Virtues and the Creation of Prosperity*, Editora Hainan, 2001.

nível educativo das pessoas de Macau não é muito elevado. O censo de 2001 revela que 9,9% das pessoas não têm nenhuma escolaridade, os que não concluíram o ensino primário representam 18,9%, os que têm o ensino primário concluído representam 25,8%, os que concluíram o ensino secundário do primeiro ciclo são de 22,3%, os que acabaram o ensino secundário do segundo ciclo situam-se em 15,6% e os que têm formação universitária só representam 7,4%”<sup>14</sup>. De facto, segundo o relatório, no que diz respeito ao nível educativo global, só 10% dos entrevistados não tem recebido o ensino regular, 25% só tem estudo primário, 50% tem recebido o ensino secundário e 15% possui um curso profissional ou superior<sup>15</sup>. Por outro lado, segundo “Os inquéritos sobre o estado actual da qualidade global de vida da população de Macau”, também podemos ver que 55% das pessoas de Macau nunca pegam num livro e entre os 16-24 anos, os que não têm hábito de leitura representam um terço<sup>16</sup>. Devido ao baixo nível educativo generalizado das pessoas de Macau, o sistema educativo de tipo “Pato de engorda”, que deixa os alunos fartarem-se dos estudos e abandoná-los. No momento em que se verifica um grande desenvolvimento económico, o acesso ao emprego é relativamente fácil, o que leva os alunos a tentar acabar quanto antes os estudos para poder começar a ganhar a vida, com o medo de perder oportunidades que agora se estão a oferecer. Pelo relatório, podemos ver que só dos de maior grau educativo, rendimento e estatuto profissional, a maior percentagem dos que continuam com a sua formação e a navegar pela Internet. A educação influencia a qualidade dos habitantes. Os habitantes instruídos são muito mais atentos aos assuntos públicos, com maior participação. Os novos emigrantes que vieram, como os pais estão a trabalhar afincadamente para manter a família e lhe dar atenção, por isso, não têm tempo de se preocupar com os assuntos sociais. Só se preocupam com os assuntos que lhes dizem directamente respeito, o que faz com que o grau de participação dos habitantes de Macau nos assuntos públicos não seja muito elevado.

---

<sup>14</sup> “Estrutura geral do censo demográfico de 2001”, in [http://www.dsec.gov.mo/index.asp?src=/chinese/pub/c\\_cen\\_pub.html](http://www.dsec.gov.mo/index.asp?src=/chinese/pub/c_cen_pub.html)

<sup>15</sup> “Cerca de 40% dos entrevistados não estão satisfeitos com o nível de educação pessoal e esperam aumentar a sua competitividade com a elevação das habilitações literárias”, «Jornal Ou Mun», caderno de B03, 15 de Dezembro de 2005.

<sup>16</sup> “Empedilhos para o desenvolvimento, afectando a qualidade, e a insuficiência de investimento na educação cria crise”, «Jornal Ou Mun», caderno de B7, 23 de Janeiro de 2006.

Numa sociedade de “servir o povo”, o Governo precisa de ouvir opiniões dos seus habitantes e ter conhecimento das necessidades reais para defender os seus interesses comuns. Só desta maneira se pode elevar a eficácia administrativa e isto requer a cooperação dos cidadãos para que possam fazer chegar as suas opiniões, através das várias vias que permitam o Governo recolher com sucesso a opinião pública. Todos os funcionários públicos são cidadãos. A elaboração e a execução das políticas são feitas pelos cidadãos que assumem as funções de servidor público. Isto significa que os cidadãos devem ter consciência dos seus direitos e deveres e servirem-se das várias vias para fazer chegar as suas opiniões, no que diz respeito à elaboração e execução das políticas, definidas pelo Governo e procurar pela sua própria vontade emitir as suas opiniões, antes da promoção das políticas para poderem participar nos trabalhos de consulta, destinados à elaboração de políticas, com o objectivo de defender os interesses comuns da sociedade e fazer contributos para um bom desenvolvimento social. Na educação, devem ser integrados conhecimentos sobre o funcionamento político do Governo da RAEM para educar as crianças desde pequeninas sobre a estrutura política da Região Administrativa Especial de Macau, as funções dos departamentos e os direitos dos cidadãos para que as novas gerações se preocupem mais com o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau. Isto exige que seja mudado o ensino do tipo de “patos de engorda” que se pratica agora para um ensino interactivo, que leve os alunos a reflectir sobre os assuntos sociais e discutir sobre eles, e reforçar a atenção dos alunos com os assuntos sociais e a sua participação nos debates. Através destes, reforça-se a participação dos alunos, depois de formados, nos assuntos sociais. Durante o crescimento dos alunos, mesmo no ensino primário, é preciso formá-los com atenção sobre os assuntos actuais para que os conteúdos jornalísticos sejam temas de debate em aulas. Através da leitura jornalística, de recortes jornais e debates nas aulas, leva-se os alunos a emitir as suas opiniões sobre os assuntos de actualidade. Com os debates, pode-se corrigir os mal-entendidos e reforçar a preocupação dos alunos com a sociedade. A partir do ensino secundário, nas aulas de cadeiras comuns deve-se introduzir debates sobre os conteúdos concretos da governação, discutir sobre a elaboração das políticas do Governo e participar em alguns concursos interescolares, que são avaliados pelos professores e alunos. Através dos debates, forma-se uma nova geração de recursos humanos de participação política nos assuntos sociais, para ter melhor consciência da metodologia e do conteúdo da governação da Região Administrativa Espe-

cial de Macau e apresentar propostas sobre elas. Através da educação, leva-se uma nova geração de cidadãos a apoiar as políticas do Governo e a cooperar com elas. Mediante a emissão da suas opiniões, faz-se com que o Governo, quando elabora as suas políticas, possa corresponder à vontade popular, num esforço comum de construir em conjunto uma sociedade harmoniosa e progressista. Isto é uma via indispensável para atingir o objectivo de “servir o povo”.

Ao “servir o povo”, não só se deve pensar que o presente Governo deve tomar o povo como fundamental e deixar os cidadãos satisfeitos. Também não são apenas responsabilidades dos “servidores públicos”. A criação dum Governo de “servir o povo” é um trabalho de dois sentidos, que precisa de ser feito em conjunto pelo Governo e pelos cidadãos. “Servir o povo” é um trabalho a longo prazo, sendo assim necessário levar em consideração o desenvolvimento social a longo prazo e criar o caminho para o futuro. Este trabalho precisa de ser efectuado durante muito tempo e com continuidade. Isto requer uma cooperação conjunta entre o Governo, a sociedade, as escolas e os chefes de família, para promover as reformas curriculares de Macau. Por um lado, para elevar o nível educativo a fim de que Macau se aproxime do nível educativo mundial e ao mesmo tempo formar as gerações vindouras com a moral e educação cívica, para que a sociedade possa produzir gerações vindouras que tenham como pensamento dominante a defesa dos interesses comuns da sociedade, através da educação cívica, a divulgar o apoio à Mãe Pátria, o amor pela Região Administrativa Especial, a honradez e a confiança nas relações interpessoais, a união e a ajuda mútua social, etc. Só elevando a atenção das novas gerações aos assuntos da Região Administrativa Especial de Macau e a sua participação neles é que pode haver uma continuidade para que a sociedade possa ter uma estabilidade política, rumo a um desenvolvimento económico saudável, um ambiente bem protegido e um desenvolvimento humano mais maduro, o que contribui para manter a estabilidade social, uma boa coesão social e o espírito de união e ajuda mútua.

### **3. Reforçar a consciência social sobre a participação cívica nas reformas administrativas**

O relatório revela que os habitantes não se preocupam com a estabilidade política, tão pouco se interessam muito pela participação nos assuntos sociais, o que os preocupa é o desenvolvimento económico. Na realidade, numa sociedade com uma política relativamente estável, o desen-

volvimento económico é que pode surtir efeitos. Para uma sociedade poder manter continuamente um desenvolvimento próspero, só com a preocupação civil com os assuntos sociais é que o Governo pode corresponder às necessidades dos seus habitantes, a nível das políticas a ser tomadas e os cidadãos sabem como cooperar com as políticas do Governo. Por exemplo, com a condição prévia de interesses comuns numa sociedade, para prevenir a gripe aviária, é precisa a cooperação dos cidadãos, no que toca a um maior cuidado higiénico, não tocar em aves nem criar galináceos em meio familiar. Durante a reconversão do centro histórico, é preciso obter a participação e a opinião dos cidadãos para encontrar um consenso na coordenação da reconstrução das zonas históricas. Por um lado, o Governo precisa de ter consciência dos interesses gerais, alargar a sua visão e o seu espírito de “servir o povo”, ao mandar ajardinar os bairros, ao mesmo tempo que deve impulsionar o desenvolvimento comercial para dar uma nova vida ao centro histórico e indemnizar adequadamente os cidadãos a ser deslocados. Ao mesmo tempo, os habitantes devem também pensar nos interesses gerais, tentar compreender e cooperar com o Governo no desenvolvimento comunitário, sem deixar de apresentar as suas reclamações racionais como forma de expressão da vontade popular, por isso, uma paulatina elevação da participação dos cidadãos nos assuntos públicos contribuirá para o Governo da Região Administrativa Especial de Macau poder servir melhor o povo.

O relatório de “Os inquéritos sobre o estado actual da qualidade global de vida da população de Macau” revela que o que deixa os entrevistados mais descontentes é a falta de confiança social na actualidade. Dos entrevistados, os que não nasceram em Macau só representam 33%. Do interior da China representam 59,3% e de outros lugares apenas 7,4%. Mais de 60% dos entrevistados, não naturais de Macau, têm uma baixa confiança social, que pode estar ligada com o seu baixo grau de participação social. Em termos sociológicos, o capital social refere-se aos recursos que resultam das ligações da frequente sinergia social, as normas e a confiança. Jiang Mingxiu, na sua obra «O capital social e algumas conversas avulsas» reproduz comentários de alguns sociólogos sobre as funções do capital social. “Putnam destaca que o próprio capital social não só pode vencer com sucesso algumas dificuldades de acções colectivas, como o seu significado mais positivo reside em que através duma completa rede de participação cívica, pode-se criar a confiança, o benefício mútuo, a capacidade de interligação (capital social), a favor dum mais aperfeiçoado desenvolvimento numa política democrática”. Brehm e Rahn

lançaram o modelo da estrutura do capital social, achando que a conotação dele inclui a confiança no Governo, a participação cívica e a confiança inter-pessoal. Através da participação cívica e da confiança inter pessoal, pode-se criar uma relação de prosperidade mútua mais estreita. Maclenaghan acha que o capital social é um processo de aprendizagem social. Mediante a delegação de poderes a indivíduos e a participação, entre outras acções colectivas de participação cívica, pode-se contribuir para o desenvolvimento sócio-económico desta. Brehm, após análise da documentação sobre o capital social, destaca que ele pode melhorar as comunidades desfavorecidas e é considerado capaz para reforçar a confiança inter-pessoal e a denotação do capital social inclui a reintegração das relações de recursos de cooperação e através destas pode-se melhorar a pobreza comunitária<sup>17</sup>. Relativamente à confiança e à rede aqui referidas, quando maior for a confiança no Governo e na inter-pessoal, os cidadãos podem aumentar a sua participação nos assuntos públicos. Francis Fukuyama também chegou a afirmar que o capital social é a capacidade de as pessoas cooperarem por objectivos comuns, numa determinada organização. Trata-se da confiança, da capacidade de convívio social voluntário e da coesão associativa. O aumento da confiança pode provocar mais convívio social, dando forma a organizações populares, tais como a igreja, as câmaras comerciais, os sindicatos, os clubes, os grupos de caridade populares e as organizações educativas populares, assim como outras organizações de voluntários. Estas organizações sociais são a base da sociedade cívica e constituem ligações entre os cidadãos e o Governo. A sociedade em que há falta destas organizações lembram uma estrutura em forma de U. Por um lado, é a forte organização governamental e por outro, os indivíduos e as famílias particularizadas, sem as organizações intermediárias<sup>18</sup>. Mediante opinião dos sociólogos acima citados, o capital social é formado pela participação cívica, organizações associativas e voluntários, através duma vida associativa e vida das organizações dos voluntários para formar uma complexa rede social. Estas relações sociais, quando mobilizadas, podem ajudar a conseguir um eficaz funcionamen-

---

<sup>17</sup> Jiang Mingxiu: “*O capital social e algumas conversas avulsas*” in <http://www.ntpu.edu.tw/pa/news/93news/attachment/931228/1228-3.doc>

<sup>18</sup> Zheng Yefu: “*A estreita ligação entre a ‘confiança’ interpretada pelos especialistas e a prosperidade económica*”  
<http://www.gmw.cn/01ds/2003-01/29/05-38F2704FB17F3B5148256CBD0003D24D.htm>

to da vida social, através do qual, os membros das organizações associativas podem unir-se para formar o hábito de cooperação conjunta e o espírito do colectivismo. Este pode aumentar a concentração e a expressão dos seus interesses, o que contribui para uma cooperação de conjugação de esforços, em termos sociais. Por outro lado, a vida associativa restringe os actos egoístas, transformando os interesses próprios e os indivíduos egocentristas em pessoas que pensem nos interesses públicos. Precisa-se de estimular a vontade de cooperação espontânea para que os membros observem voluntariamente as regras da vida colectiva que mantém uma determinada comunidade e comprimir com as regras de cooperação mútua. Pelos vistos, o facto de no relatório de “Os inquéritos sobre o estado actual da qualidade global de vida da população de Macau”, a maioria dos entrevistados se mostrarem descontentes com a confiança social e a “participação e a influência populares nos assuntos públicos” só merece a atenção da minoria a que estão intimamente ligados. Devido à baixa confiança social por parte dos cidadãos, eles não prestam muita atenção à participação nos assuntos públicos.

Num inquérito, realizado antes do regresso de Macau (1999), quando os entrevistados eram perguntados se com os familiares ou os amigos discutiam sobre os assuntos do Governo, 6,3% respondia com “frequentemente”, 26,2%, com “nunca”, 32,9%, com “às vezes”, 34,7%, com “muito raro” e 26,2%, com “nunca”<sup>19</sup>. No mesmo inquérito, quando os entrevistados são inquiridos sobre se tinham capacidade de influenciar as políticas do Governo, 0,2% achavam “com certeza”, 1,6% achava que “sim”, 3,2%, “às vezes”, 3,72%, “na maioria dos casos”, 17,8, “muito pouca”, 67,9% “achava completamente impossível” e 9,3% “não sabia responder”. Ao mesmo tempo, eram inquiridos sobre se quando tinham necessidade de recorrer aos departamentos governamentais, as respostas dadas pelos departamentos pertinentes ajudavam ou não a resolver os problemas, 0,5% dizia “certamente”, 11,7% “na maioria dos casos”, 30,7%, “talvez”, 31,9% “na maioria dos casos não”, 9,3%, “certamente não” e 11,8% “não sabia responde”<sup>20</sup>. Apesar de que este inquérito foi realizado nos inícios de 1999, já vai bastante tempo, desde a reintegração de Macau. Agora, as circunstâncias políticas e administrativas têm sofrido alterações,

---

<sup>19</sup> Yu Zhen: “*Os problemas de antes e após o regresso de Macau e as suas soluções*”, Editora Mingliu, 1999, pp.14-15.

<sup>20</sup> Idem, pp. 19-20.

as respostas para as mesmas perguntas deste inquérito podem ser diferentes. Como a confiança social é muito vulnerável e não se cria de um dia para outro, levar em consideração os resultados do inquérito acima referido, ajuda-nos a perceber das razões da baixa confiança social. Nos anos 60-70 do século passado, grande número de chineses do ultramar, devido às agitações políticas das localidades onde residiam, escolheram emigrar para Macau que tinha uma situação pacífica. Os seus filhos que nasceram em Macau já são cidadãos de Macau. São aqueles cidadãos de Macau que têm entre 30 e 40 anos. Nas várias vagas de imigração, verificadas nos anos 80 do século passado, vieram muitos novos emigrantes. O Governo português de Macau dessa altura, com a Operação Dragão, legalizou os indocumentados, dando-lhes bilhetes de identidade, mas não fez esforços especiais para divulgar a educação cívica, junto desses novos emigrantes nem tão pouco fez as operações correspondentes, ao nível do equipamento social. Nessa altura, a sociedade de Macau não tentou aproximar-se desses emigrantes, o que lhes causou a sensação de falta de identificação com Macau e de confiança em Macau. A maioria destes imigrantes tinham baixas habilitações literárias. Uma vez estabelecidos em Macau, dedicaram-se a algumas profissões fabris, cuja situação económica pertencia às comunidades de baixo rendimento. A maioria vivia na zona Norte, próximo do Continente da China, com condições de vida não muito boas. Eles depois de formar família em Macau, o casal tinha de trabalhar. Depois de sair dos trabalhos, tinham de cuidar da família e dos filhos, de modo que não tinham muito tempo para discutir sobre os assuntos do Governo. Como eram novos imigrantes, achavam não ter maneira de como influenciar as políticas do Governo, mas também não acreditavam que os departamentos governamentais pudessem ajudá-los a resolver os seus problemas, por isso, como não tinham nem tempo nem confiança, a participação nos assuntos públicos desses novos emigrantes não era muito elevada. Relativamente aos naturais de Macau, antes da reintegração, o Governo português de Macau também não fez muito na divulgação da educação cívica, em termos escolares. A edificação das qualidades humanas, o desenvolvimento democrático, a edificação da governação pela lei não tiveram grande sucesso, o que fez com que os cidadãos de Macau tivessem perdido a confiança no Governo. Por outro lado, devido ao facto de que as políticas governamentais eram durante muito tempo redigidas em português, que servia de padrão, só durante o período da transição é que apareceram as traduções em chinês, os cidadãos naturais de Macau não tinham grande interesse em participar nos

assuntos públicos. Em relação à resolução dos seus problemas, como o antigo Governo era principalmente formado por portugueses, havia dificuldades linguísticas na comunicação e também havia diferenças culturais, os habitantes não recorriam geralmente ao Governo, antes acreditavam nas ajudas dos familiares e das organizações associativas, não procurando sozinhos o Governo para resolver os seus problemas e também não acreditavam muito que o Governo fosse capaz de os resolver. Por isso, de há muito tempo, a sociedade de Macau funcionava principalmente com as organizações associativas. Antes do regresso de Macau, havia 1 500 organizações e após ele, este número subiu para 2000. As mais tradicionais são os sindicatos profissionais, as organizações de ajuda mútua dos moradores, as câmaras comerciais, as associações de mulheres, as associações clínicas, as associações de conterrâneos, as associações de antigos alunos e os grupos de caridade, entre outras organizações de ajuda mútua, com o objectivo de reunir todos numa organização para se entre-ajudar na resolução dos seus problemas. Das organizações com características de sociedade moderna pode-se citar o Lions Clubs e a Rotary Club, organizações de profissionais de um determinado ramo, organizações que se preocupam com a vida popular e a política, com a preocupação do desenvolvimento dos assuntos sociais. A grande particularidade da história de Macau faz com que a sociedade não se apoie no Governo, mas sobrevive sim na base da ajuda mútua.

Sob esta condição prévia, o Governo depois da administração portuguesa, apoia-se numa estrutura em que se integra o Governo, as associações e os cidadãos, para levar a cabo uma cooperação mútua. No entanto, após o regresso e à medida do rápido desenvolvimento económico, verifica-se uma indiferença das pessoas, em relação à política e à sociedade. No desenvolvimento sócio-económico, só se preocupam com a vida própria e os seus trabalhos. O longo horário de trabalho e o desenvolvimento técnico e tecnológico reduzem a comunicação inter-pessoal, diluem os conceitos éticos e tiram tempo aos cidadãos, impossibilitando-os de participar nos assuntos sociais. Os seus filhos, uma vez crescidos, mudam para as novas zonas residenciais, o que também reduz a oportunidade de comunicação entre os familiares, apagando o espírito de ajuda entre vizinhos e afectando a confiança dos cidadãos na sociedade. Com os filhos das pessoas do continente da China nascidas em Macau, os seus cônjuges ou pais, quando autorizados a emigrar para Macau, aumentam a população de Macau. Portanto, a reintegração dos imigrantes na sociedade e a sua participação nas organizações associativas já existentes ou nas que eles

próprios criam também podem provocar alterações na estrutura social de Macau. Segundo o relatório, 40% dos empregados trabalham de 40 a 49 horas semanais, 25% trabalham de 50 a 59 horas semanais e 20% trabalham mais do que 59 horas semanais. Os horários de trabalho dos que possuem menos habilitações literárias, baixo rendimento e posição profissional menos categorizada são mais prolongados do que o resto da população. 50% dos entrevistados dizem ter pouco tempo para lazer e diversões. O descanso costuma ser repouso e dentro da casa. O que as pessoas querem fazer mais é turismo e dormir<sup>21</sup>. Os que não conseguem fazer isto é porque não têm compatibilidade com o seu horário de trabalho e as despesas demasiado elevadas. 25% dos entrevistados dizem não ter tempo suficiente para dormir. Estes resultados revelam que devido ao baixo grau de educação, eles têm rendimentos relativamente baixos enquanto o seu horário é mais prolongado e nem têm tempo suficiente de descanso, por isso, a maioria espera descansar em casa e não sair. Gostam de fazer turismo, mas não têm tempo nem meios económicos. Não podem suportar as elevadas despesas com o turismo. O próprio inquérito também revela que 85% dos entrevistados dizem ter pouco tempo para poder participar nas actividades públicas. Eis também a razão porque é que os cidadãos participam pouco nas actividades associativas ou em outras actividades públicas. Noutro estudo intitulado “Inquérito sobre a realidade da qualidade de vida dos habitantes”, consta que a participação do associativismo dos cidadãos de Macau e a sua envergadura não tem atingido ao grau generalizado como esperado pela sociedade. Só um terço da população está associada. Os cidadãos de Macau, dum modo geral, acham que as associações exercem uma influência relativamente maior sobre a sociedade. 80% das pessoas acham que as associações podem “ter alguma ou grande influência” sobre a sociedade. Simultaneamente, os cidadãos acham que as associações não têm grande influência sobre eles mesmos<sup>22</sup>. Isto mostra que os cidadãos de Macau se identificam dum modo geral com as influências associativas sobre a sociedade, mas devido à falta de tempo ou interesse, não têm tido devida participação.

---

<sup>21</sup> “O grupo de trabalho de especialista de Hong Kong e Macau publica *Inquérito sobre a realidade da qualidade de vida dos habitantes*, com um optimismo sobre o desenvolvimento global de Macau”, *Jornal Va Kio*, caderno 14, 15 de Dezembro de 2005.

<sup>22</sup> “*O relatório dos inquéritos sobre a qualidade dos habitantes analisa sete grandes características das pessoas de Macau*”, *Jornal Va Kio*, caderno de 04, 23 de Janeiro de 2006.

A reforma administrativa de “servir o povo” exige que o Governo da RAEM recolha a opinião do povo e se baseie nos interesses comuns dos cidadãos para elaborar as suas políticas, mas sem a participação dos cidadãos, sem a emissão de opiniões dos cidadãos, o Governo não tem podido obter conhecimento sobre as verdadeiras ideias e verdadeiras necessidades dos cidadãos. Numa sociedade com uma elevada participação dos cidadãos e uma boa identificação dos cidadãos com ela, em termos da protecção do ambiente social, da moral cívica e da edificação social, etc., os cidadãos, por amor a esta sociedade, podem participar voluntariamente nos assuntos da sociedade, achando ser seu dever dar contributos para defender a mesma sociedade. O princípio de “servir o povo” reside em que um Governo que tenta satisfazer as necessidades dos cidadãos defende o interesse públicos, tomando isto como base da elaboração das suas políticas e da sua execução. O Governo não pode, a partir do nada, elaborar políticas que possam corresponder às necessidades dos cidadãos. O Governo precisa de ouvir alguém que lhe dê opiniões para lhes dar, após estudada, a viabilidade e a sua correspondência aos interesses comuns dos cidadãos, o seguimento numa agenda de prioridades. Quando maior número de opiniões comuns e colectivas houver, maior grau de correspondência aos interesses comuns dos cidadãos terão as políticas a ser elaboradas pelo Governo. É preciso reforçar a consciência da reforma administrativa da “participação dos cidadãos”, especialmente começar pela divulgação da educação cívica por parte do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, junto das escolas e das organizações associativas e junto das pessoas, no que toca aos direitos e deveres. Tal qual nas eleições, aqueles mais votados são mais representativos, mas os votos honestos e justos são muito importantes. Os votantes precisam de saber que eles próprios estão a cumprir com os seus deveres cívicos, a recusar qualquer “pequeno benefício” que compre o seu voto.

É preciso reforçar a consciência de toda a sociedade, em relação às reformas administrativas de participação cívica, cuja divulgação completa junto dos cidadãos é extremamente importante. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau deve servir-se constantemente da comunicação social para inculcar os cidadãos dos conhecimentos dos direitos e deveres cívicos. Leva a cabo a educação cívica para os cidadãos se aperceberem do relacionamento entre os cidadãos, a sociedade e o Governo e da importância deles próprios como membros da sociedade. Estas actividades de divulgação podem ser feitas através da rádio, televisão,

imprensa escrita e imprensa periódica escrita e com actividades ao ar livre para que os cidadãos, através de diferentes vias, tenham conhecimento dos seus direitos e deveres. O conteúdo desta propaganda pode incluir:

1. Divulgar junto dos cidadãos os direitos e deveres definidos na Lei Básica para os poder exercer;
2. Esclarecer junto deles sobre as funções dos departamentos governamentais e os serviços que eles prestam aos cidadãos e esclarecer, quando os cidadão têm necessidade, como é que podem obter os serviços e informações correspondentes;
3. Através de vias de comunicação com os departamentos do Governo, esclarecer os cidadãos como apresentar as suas queixas, propostas e opiniões e como é que os cidadãos podem utilizar estas vias e porque é que devem saber utilizá-las;
4. Relativamente às políticas concretas, apresentar detalhadamente os seus conteúdos de modo a aumentar a transparência e esclarecer melhor quando os cidadãos têm necessidades e querem mais informações sobre como é que podem obter estas informações, como fazer chegar as suas opiniões e porque é que são importantes as opiniões dos cidadãos e criar vias de consulta;
5. Esclarecer os cidadãos de todo o processo de como o Governo deve recolher queixas e propostas para que os cidadãos possam exprimir as suas opiniões à vontade e também saber qual o tratamento que o Governo vai dar às suas opiniões.

O objectivo destas divulgações residem no aprofundar da consciência dos cidadãos, no que respeita aos seus direitos e deveres. Tendo conhecimento dos seus direitos e deveres, o conteúdo concreto deve desenvolver-se no sentido de esclarecer os cidadãos em como exercê-los, qual o relacionamento entre eles e o Governo, o que o Governo pode fazer por eles e como é que devem os cidadãos cooperar com Governo, no exercício dos seus deveres e direitos, e porque é que têm de participar e apresentar as suas opiniões ao Governo, etc. Através destas actividades ininterruptas de divulgação, faz-se ouvir esta mensagem de cooperação entre os cidadãos e o Governo. Com peças teatrais, jogos, palestras, entre outras formas, produzir esclarecimentos, junto dos cidadãos de modo a aprofundar a sua consciência da importância das sinergias entre os cidadãos e o Governo e esclarecer o processo de comunicação entre ambas as

partes, de saber que o Governo presta atenção à importância da opinião dos cidadãos, eliminar mal-entendidos, recuperar a confiança dos cidadãos na obtenção de apoios de ajuda do Governo para aumentar a frequência e o grau de participação dos cidadãos nos assuntos públicos.

A estrutura social de Macau tem como base as organizações associativas não-governamentais. Tradicionalmente, estas organizações têm como fim a defesa dos interesses comuns dos seus associados e no seu relacionamento com o exterior, representam os interesses dos membros associados. Durante a administração portuguesa, estas organizações desempenharam a função de ajudar os habitantes a resolver problemas e nos seus contactos com o Governo, desempenhou uma função intermediária, do ponto de vista da comunicação entre os cidadãos e o Governo. Como bem destaca Francis Fukuyama, numa sociedade, por um lado, é o Governo e por outro, são os indivíduos e as famílias. Entre ambas, deve haver organizações intermediárias que criem o capital social. Através da rede social formada por estas organizações associativas e de voluntários, pode-se mobilizar os indivíduos para formar colectividades para promover a união social, em benefício de uma conjugação de esforços de toda a sociedade. O associativismo é voluntário. Através da participação nele, os membros observam pela sua própria vontade as regras de vida colectiva e de ajuda e cooperação, por isso, do ângulo da tradição, através do capital social, criado pelas organizações associativas para poder levar os seus membros a ter melhor conhecimento e mais aprofundada confiança no Governo e elevar o grau da participação nos assuntos públicos, a partir desta análise, é preciso reforçar a consciência da reforma administrativa de participação cívica. O Governo da RAEM deve reflectir seriamente sobre como conseguir uma cooperação com as organizações associativas não-governamentais e através delas aprofundar o conhecimento dos cidadãos, em relação à governação, recolher opiniões para conseguir consensos sobre os interesses comuns e mobilizar todos os cidadãos a participar nos assuntos públicos para atingir os objectivos estabelecidos. Quando se organizam estas actividades de esclarecimentos, junto dos cidadãos, o Governo pode cooperar com estas organizações associativas na organização de algumas actividades para mobilizar os seus associados a participar nelas, de modo a desempenhar a sua função divulgadora, junto dos cidadãos. Em primeiro lugar, os membros das organizações associativas precisam de aceitar o conteúdo da propaganda do Governo e identificar-se com ele. Só desta maneira é que podem participar nela e divulgá-la junto dos cidadãos.

Por um lado, é preciso fazer trabalhos de esclarecimento, junto das associações e por outro, transformá-las em parceiras do Governo para participar junto com ele na campanha de mobilizar mais pessoas a identificar-se com a campanha do Governo. É preciso realçar primeiro que estas organizações têm que aceitar os projectos do Governo para passar a ser parceiras do Governo na divulgação. Trata-se de participação e não só estar presente. A presença é passiva enquanto a participação, activa. Por exemplo, quando se promovia a campanha de segurança rodoviária, era o Governo que sozinho a fazia. As associações e os cidadãos não faziam mais do que ouvir. Se se utilizasse o conceito de participação, o Governo podia ter sensibilizado primeiro algumas associações chave e ouvido as suas opiniões, para que elas fizessem, por sua vez, campanha junto das organizações ligadas aos transportes e através delas para esclarecer os seus membros e os mobilizar na campanha de sensibilização, junto dos motoristas profissionais, esclarecendo-os dos prós e contras. Por outro lado, em alguns bairros comunitários com mais graves problemas de transporte, deve cooperar-se com as associações dos moradores e as escolas. Nesta campanha, junto com o pessoal das associações dos moradores, os funcionários públicos responsáveis por esta campanha do Governo, levam a cabo trabalhos de sensibilização, junto dos habitantes desses bairros, sobre a segurança rodoviária, convencendo-os da importância desta campanha. O mesmo deve fazer-se dentro das escolas. Devem ser os professores e o Governo a transmitirem em conjunto esta mensagem da consciência da segurança rodoviária aos alunos. A gestão da campanha pode ser através de jogos, histórias ou peças teatrais e histórias elaboradas pelos próprios alunos sobre este tema para as divulgar em todas as escolas. O mais importante é que o modelo de cooperação entre o Governo e estas associações não pode ser só duma vez. Tem que ser repetitivo e acompanhado para recolher opiniões e o retorno de informações sobre se houve ou não melhoria na segurança rodoviária e se os peões e os motoristas têm ou não a sua consciência de segurança rodoviária reforçada, para que as organizações associativas e o Governo possam partilhar do resultado da sua cooperação. Depois, os membros associados destas organizações sentem-se satisfeitos ao saberem ter dado um contributo para a Região Administrativa Especial de Macau e vêem os resultados, o que faz com que estes associados mais tarde venham a cooperar com o Governo para participar em mais actividades que digam respeito à vida popular e às políticas populares, elevando assim o nível de governação de “servir o povo”. Por outro lado, com os resultados bem à vista, as pessoas interes-

sar-se-ão mais pelos assuntos públicos e por participar neles. Ao mesmo tempo que os cidadãos venham a ter mais confiança nas associações, terão mais confiança no Governo. O Governo, ao cooperar com as associações, está a formar uma nova geração de elite de dirigentes.

Pelo exposto, o bom sucesso da reforma administrativa de “servir o povo” não depende só dos funcionários do Governo. Também não é propaganda que só fica nas palavras de ordem, é preciso que todos os servidores públicos da cúpula da hierarquia e aquele funcionário da base percebam verdadeiramente da conotação da ideologia de “servir o povo”. É necessária a coordenação e a cooperação, durante longo tempo, para que se verifique uma comunicação desobstruída entre os superiores e os inferiores, levando os quadros médios e da base a ter uma melhor compreensão e cooperação. É possível criar um espírito de cooperação de “estar no mesmo barco”, para mostrar que toda gente está no mesmo barco, de modo a precisar dum espírito de ajuda e cooperação mútua. O espírito de comunicação, a compreensão e a cooperação mútua levam os funcionários públicos a observar as normas de uma maneira passiva para poder tomar iniciativas nas suas acções e formar o seu sentido de responsabilidade. Da mesma maneira, “servir o povo” não pode ser só promovido pelo Governo. Precisa da cooperação por parte dos cidadãos. O Governo precisa de recolher opiniões, também é preciso haver pessoas que lhe dêem opiniões. Como fazer com que os cidadãos tenham mais confiança no Governo para que eles tenham consciência do bom sucesso das reformas administrativas de “servir o povo” que precisem do apoio e da cooperação dos cidadãos, através de uma activa participação nos assuntos públicos para que o Governo possa corresponder à vontade comum dos cidadãos e defender os interesses comuns dos cidadão. Trata-se duma causa a que o Governo deve dedicar todos os seus esforços. Uma sociedade com alta qualidade dos cidadãos, é aquela em que estes se preocupam activamente com o desenvolvimento global da sociedade, com as suas opiniões e a sua participação nos assuntos públicos. Eles devem ter consciência de que esta sociedade pertence-lhes. O ambiente social, a economia, a educação e a cultura afectam directamente a sua qualidade de vida e a dos seus descendentes. Elevar a qualidade de vida dos cidadãos, não é só ajardinar o ambiente, dar alguns apoios, ao nível de políticas, aos cidadãos, mas é preciso fazer reflexões globais, mobilizar todos cidadãos a preocuparem-se com a sociedade que a eles pertence e que pertence ao seu futuro para poderem participar espontaneamente nos assuntos públi-

cos e através desta participação, fazer com que a governação possa “servir o povo” e durante o processo de participação, reforçar a confiança na sociedade e a confiança na cooperação inter-pessoal para atingir uma sociedade harmoniosa. É um trabalho de longo prazo para pôr em ordem o relacionamento entre o Governo, as escolas e a sociedade. E isto precisa de começar pela educação dos vindouros e também precisa da cooperação de toda a sociedade. Trata-se de objectivos pretendidos que só podem ser atingidos com a cooperação entre os indivíduos e as organizações associativas.